



Partido Africano da Independência de Cabo Verde

SECTOR DO SAL

RESOLUÇÕES

III.ª CONFERÊNCIA ORDINÁRIA

«Na perspectiva do futuro elevar a consciência revolucionária dos militantes para acompanhar a dinâmica actual».

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDENCIA DE CABO VERDE

SECTOR DO SAL

III CONFERENCIA ORDINARIA

RESOLUÇÃO GERAL

Nos dias 13, 14 e 15 de Outubro de 1988 reuniu-se a III Conferência Ordinária do Sector do Sal do PAICV, no Cine-Teatro dos Espargos sob o lema "NA PERSPECTIVA DO FUTURO ELEVAR A CONSCIENCIA REVOLUCIONARIA DOS MILITANTES PARA ACOMPANHAR A DINAMICA ACTUAL".

A presença do Camarada Júlio de Carvalho, Membro da Comissão Política do PAICV e Ministro das Forças Armadas e Segurança, como Presidente de honra da Conferência, trouxe um contributo valioso para o brilho dos trabalhos.

A Conferência constituiu-se com um total de 50 delegados e, a presença de várias entidades convidadas muito a honraram.

Após a eleição dos seus órgãos e aprovação da ordem de trabalhos, a Conferência apreciou a mensagem transmitida pelo seu Presidente de honra que referiu ao momento especial em que ela está a ser realizada - preparação do maior acontecimento político do ano - o III Congresso do PAICV.

O Camarada Júlio de Carvalho convidou os delegados a adoptar uma atitude activa e de elevada participação no balanço crítico do trabalho realizado. Igualmente alertou a necessidade de se dedicar grande atenção à reflexão sobre o PARTIDO, atendendo aos novos desafios que terá de enfrentar e vencer nos próximos tempos, devendo os militantes aproveitar a Conferência para fazer dela também um marco destacado na assunção de compromissos, sobre o que deverá ser a contribuição para o desenvolvimento do país. Convidou ainda os delegados a reflectirem sobre as mudanças que se deve fazer no Partido, a nível do Sector e enquanto força dirigente da sociedade e do Estado, a fim de se garantir que determinadas metas sejam atingidas nos distintos sectores de actividade, com vista a responder às necessidades e anseios das massas populares. A sua intervenção e orientações contribuíram em grande medida para o êxito dos trabalhos da III Conferência pelo que foi recomendada como documento de estudo para os militantes.

Várias mensagens de solidariedade, confiança e encorajamento foram transmitidas durante o decorrer das sessões. As contribuições dos Órgãos do Poder Local e Instituições Estatais, das Organizações de Massas e Sociais, das Forças Armadas e de Segurança e da OPAD-CV fizeram sentir à Conferência que a importância da sua própria realização ultrapassa os limites do Partido e que de uma forma ou de outra o nível dos resultados diz respeito à Ilha e ao País em geral.

A Conferência apreciou, num vivo e amplo debate, o relatório apresentado pelo 1º Secretário do Comitê de Sector. Aquele foi aprovado na totalidade e mereceu destaque pela forma séria e profunda como reflectiu a situação política, organizativa, social e económica prevalecente na sociedade salense. A Conferência recomendou a sua divulgação e estudo no seio das estruturas.

A Conferência congratulou-se pelos êxitos alcançados em todos os sectores primordiais da ilha e reconheceu que tem sido o PAICV o elemento catalizador, estimulador e dinamizador das grandes tarefas levadas a cabo para a melhoria das condições de vida no Sal. Confirmou-se igualmente que apesar dos sucessos conseguidos, insuficiências várias afectam o nível dos resultados pretendidos. Ao abordá-las em todas as suas formas e manifestações, a Conferência identificou-as como advindas do insuficiente trabalho político-ideológico, fraco nível de participação e insuficiências estruturais das Instituições Públicas e Organismos Sociais.

A Conferência confirmou a necessidade de se melhorar a intervenção partidária na sociedade, reforçar a unidade e a vigilância popular e se esforçar no sentido da resolução gradual dos problemas fundamentais da população.

A Conferência, após análise das matérias debatidas decidiu aprovar as seguintes resoluções sobre:

- O Partido
- A Situação Política
- O Desenvolvimento Social
- O Desenvolvimento Económico

A III Conferência apreciou a síntese das principais questões levantadas durante o debate do documento "O PAICV E O EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO", congratulou-se pelo alto nível das intervenções registadas durante os debates desse documento e decidiu aprovar a resolução sobre a síntese das teses do III Congresso.

Dando cumprimento às decisões superiores a Conferência elegu os seguintes camaradas para delegados ao III CONGRESSO DO PAICV:

Efectivos:

- 1 - CARLOS FIRMINO MONTEIRO LOPES
- 2 - URLANDO RELICIO PIRES
- 3 - JOSE ANTONIO SOUSA MASCARENHAS
- 4 - PAULA MARIA FORTES
- 5 - CARLOS ANTONIO DA COSTA DUARTE
- 6 - JAIME BEN HARE SCHOFIELD
- 7 - SÓNIA GOMES DE SOUSA RAMOS
- 8 - CRISANDU FORTES DE CARVALHO
- 9 - GERMANO FORTES BARROS
- 10 - MARIO MANUEL PAIXÃO SILVA LOPES
- 11 - SEBASTIÃO MENDES DE PINA
- 12 - ADELINA BERTA TAVARES LOPES DOS SANTOS
- 13 - MARIA ZULMIRA NEVES
- 14 - QUIRINO SPENCER LOPES DOS SANTOS
- 15 - CELESTE MARIA RAMOS

Suplentes

- 1 - CARLOS DOMINGOS LOPES
- 2 - MARIO MENDES CORREIA
- 3 - JOÃO ANGELO DOS SANTOS
- 4 - FREDERICO ROCHA
- 5 - ANTONIO NEVES EVORA

A III Conferência aprovou uma moção de apoio à Direcção do Partido e ao III Congresso e outra de apoio ao Poder Local e à dinâmica da organização da sociedade em defesa dos seus interesses específicos.

Pela qualidade do trabalho prestado ao Partido no Sector do Sal e exemplo de dedicação e militância, a III Conferência decidiu louvar o camarada CARLOS FIRMINO MONTEIRO LOPES.

A forma séria como decorreram os trabalhos evidenciou uma vez mais que é possível alcançar as metas traçadas desde que se enquadrem convenientemente as questões práticas do desenvolvimento e os recursos disponíveis às exigências de cada momento.

A Conferência exorta todos os militantes a assumirem perante a Direcção Superior do Partido o compromisso de tudo fazer para a divulgação e

materialização dos objectivos e decisões que vierem a ser tomados pelo III Congresso, quer no seio do Partido, quer em direcção à sociedade.

A III Conferência Ordinária do Sector congratula-se pelo êxito dos resultados alcançados, fruto do avanço organizativo conseguido nos últimos anos.

ILHA DO SAL, 15 de OUTUBRO de 1988

- 1 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 2 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 3 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 4 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 5 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 6 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 7 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 8 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 9 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;
- 10 - Que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política e social, visando a melhoria da situação da população da Ilha do Sal;

RESOLUÇÃO SOBRE O TRABALHO PARTIDÁRIO

I - VIDA INTERNA

Depois de um profundo debate sobre o estado actual da vida interna do Partido no Sector (avanços e insuficiências), a III Conferência Ordinária do Sector fez as seguintes constatações:

- 1 - Que houve melhorias significativas no funcionamento das estruturas e um maior envolvimento em acções práticas e de carácter social;
- 2 - Que as estruturas melhoraram a sua intervenção junto das autoridades locais na procura de soluções para os problemas concretos que afectam a vida da comunidade e dos locais de trabalho;
- 3 - O reforço do prestígio e do papel dirigente do Partido;
- 4 - Que os efeitos da reestruturação efectuada em Outubro de 1986, com a supressão da estrutura secção, tiveram reflexos positivos no funcionamento dos grupos de base.
- 5 - A persistência de algumas insuficiências no que concerne ao cumprimento das normas processuais e melhorias dos métodos e estilo de trabalho;
- 6 - A necessidade de renovação do Comité de Sector, tornando-o mais dinâmico e actuante e com disponibilidade individual e colectiva para fazer face às novas exigências da acção partidária, ditadas pelo desenvolvimento da sociedade;
- 7 - A necessidade de um Secretariado Executivo mais funcional e capaz de dirigir a actividade quotidiana do Partido nos intervalos das reuniões do Comité de Sector e que possa garantir o acompanhamento sistemático do funcionamento dos grupos de base;
- 8 - A necessidade de se reforçar a capacidade de intervenção dos grupos de base junto das direcções das Empresas e Serviços e dos trabalhadores em geral;
- 9 - Insuficiente acção do Partido em direcção às Organizações de Massas e Sociais;
- 10 - Falta de maior rigor na concepção e cumprimento dos planos de

actividades a nível dos grupos de base;

- 11 - O não funcionamento da CSCR;
- 12 - Deficiente cumprimento das orientações sobre a implantação do Partido nos locais de trabalho;
- 13 - Estagnação no crescimento quantitativo do Partido no Sector e a necessidade de ultrapassar essa situação;
- 14 - A falta de espaço para funcionamento das estruturas provocam consequências negativas e há necessidade de se empenhar seriamente na sua solução;

Depois de constatar os avanços e as insuficiências na vida interna do Partido, a Conferência decidiu que:

- 1 - Depois do III Congresso e conhecidas as orientações superiores deverá ser eleito um novo Comité de Sector.
- 2 - Igualmente se deve esforçar para a Constituição de um Secretariado Executivo com maior capacidade de actuação;
- 3 - É necessário a continuação da dinamização e o reforço da acção partidária em direcção à sociedade, sobretudo nos locais de trabalho;
- 4 - O Partido deverá reforçar a sua acção junto das Organizações de Massas e Sociais, sobretudo a nível de base;
- 5 - O Secretariado Executivo deverá redobrar a ofensiva, no sentido de sensibilizar e envolver mais directamente os militantes e estruturas no processo de recrutamento, de acordo com as orientações existentes e alertar a JAAC-CV para um maior rigor e empenhamento no cumprimento da sua função de viveiro do Partido.
- 6 - A quota de candidatos a serem recrutados nos próximos dois anos seja fixada em 60 elementos;
- 7 - O Departamento de Organização e Formação do Sector deverá dispensar uma atenção especial à organização e funcionamento adequado dos grupos de base, contribuindo para uma melhoria dos seus métodos e estilo de trabalho;
- 8 - Se prossiga o trabalho junto dos quadros técnicos, com vista à sua sensibilização e motivação para a entrada no Partido;

- 9 - O Secretariado Executivo crie as condições que permitam elevar a assiduidade nas reuniões dos grupos e o sentido de responsabilidade dos seus membros face às actividades militantes e às exigências da sociedade;
- 10 - O SE do C.S. face à nova situação criada com a reestruturação partidária no Sector deverá encontrar mecanismos mais eficazes de coordenação e dinamização com as bases e velar para uma adequada e eficiente circulação de informações entre os dois escalões.
- 11 - Os grupos de base em conjunto com as Organizações de Massas e Sociais dinamizem a construção de sedes sociais, pela via de participação popular, como forma de resolver o grave problema de falta de espaços para funcionar;
- 12 - O SE continue as diligências junto da Direcção Superior do Partido, com vista à obtenção do financiamento para a construção da Sede do Sector;
- 13 - O SE deverá dispensar uma atenção especial ao grupo de Santa Maria, tendo em conta as perspectivas do desenvolvimento dessa zona turística;
- 14 - Sejam planificadas e executadas as acções subsequentes à fase actual de luta pela erradicação do analfabetismo na Ilha;
- 15 - O Comité de Sector deverá reestruturar a CSCR o mais urgente possível e criar as condições para o seu efectivo funcionamento;
- 16 - Deverá ser dispensada uma atenção especial pelo SE à Organização da emulação como forma de estimular a sua competitividade e a militância no seio das estruturas;
- 17 - O SE deverá orientar e apoiar os grupos de base na organização e realização de experiências inovadoras de acção partidária (emulação, gestão participativa, e intercâmbios, etc), divulgando ao mesmo tempo as experiências positivas.

II - QUOTIZAÇÃO

A III Conferência Ordinária analisou profundamente a situação da quota e constatou que:

..//..

Apesar do esforço feito pelas estruturas para a regularização da situação das quotas em atraso, verifica-se que existem ainda muitos membros em situação irregular.

Com base na constatação a Conferência decidiu:

- 1 - Que a nível do Sector se prossiga os esforços para a regularização da quotização com vista à redução da percentagem dos membros nessa situação;
- 2 - Que o Comité de Sector deverá continuar a agir junto do Secretariado do Conselho Nacional por forma a encontrarem uma melhor solução sobre a situação dos efectivos com quotas em atraso (dado ao seu número), o que vem reflectindo negativamente no trabalho partidário;
- 3 - Que o Comité de Sector e o Secretariado Executivo em conjunto com os grupos de base devem reflectir sobre novas vias de cobrança de quotas, como forma de melhorar a situação;
- 4 - Que o Comité de Sector deverá dar a conhecer às estruturas superiores do Partido a preocupação dos militantes deste Sector sobre a necessidade da revisão da actual percentagem de quota

III - FORMAÇÃO

De acordo com os debates havidos sobre a formação a III Conferência constatou que é necessário:

- Uma melhor planificação e orientação da formação dos efectivos do Partido;
- Um maior envolvimento dos militantes e em especial dos quadros nas acções de formação.
- Maior engajamento das entidades empregadoras na dispensa dos militantes seleccionados para formação.

A III Conferência tendo analisado a questão de formação decidiu:

- Recomendar ao Comité de Sector e ao Secretariado Executivo que planifiquem e orientem a acção da formação por forma a elevar o nível de intervenção dos efectivos capacitando-os para fazer face às novas exigências do desenvolvimento da sociedade e da luta ideológica.

- Que o Comitê de Sector deverá desencadear acções tendentes a clarificar o problema das dispensas, com vista a possibilitar aos militantes a sua participação nas actividades de formação no país e fora dele;
- Que seja dada uma atenção especial à formação política e ideológica através da Escola do Partido, Seminários, Círculos de Estudos, estudo do legado teórico de Amílcar Cabral, colóquios e outros meios incluindo a auto-formação;

IV - ACÇÃO IDEOLÓGICA

A III Conferência constatou que:

- A Acção Ideológica tem limitado a veiculação das ideias do Partido através dos militantes e de acção das estruturas;
- As perspectivas de desenvolvimento da ilha, nomeadamente o Turismo e a escala do Aeroporto poderão trazer valores não compatíveis com as da construção da nova sociedade;
- É necessário uma maior determinação dos militantes na defesa da ideologia partidária.

Assim a Conferência decidiu:

- 1 - Que o Comitê de Sector planifique e sistematize a acção ideológica a ser desenvolvida pelo Partido e as Organizações de Massas junto dos militantes e das amplas massas populares;
- 2 - Que o Partido deverá desencadear acções junto dos Órgãos de Comunicação Social com vista ao seu melhor aproveitamento na difusão dos valores que se pretende introduzir na nova sociedade que se está construindo;
- 3 - Que sejam criadas as condições humanas e materiais para a publicação de um Boletim Informativo;
- 4 - Que sejam programadas acções ideológicas endereçadas à juventude, atendendo a veiculação de valores culturais morais e ideológicos não poucas vezes estranhos aos objectivos da luta;
- 5 - Que seja dada maior atenção à divulgação na ilha do Sal da realidade nacional, incluindo as realizações e as dificuldades existentes;

- 6 - A Conferência recomenda ainda, que maior atenção seja dispensada à ilha do Sal pelas estruturas nacionais (Partidárias e Estatais) com intervenção específica na área ideológica;
- 7 - Que se incentive o espírito de vigilância no seio dos militantes para que possam estar sempre atentos a qualquer sintoma de perturbação ideológica, quer no seio do Partido, quer no seio da sociedade.

V - MILITANCIA

Regista-se com otimismo os esforços feitos pelas estruturas na materialização das orientações saídas da II Conferência e dos Órgãos Superiores do Partido com vista à elevação do nível da militância no Sector, apesar dela não ter atingido as metas desejadas. Contudo reconhece-se que em termos globais houve melhorias sensíveis em relação às análises feitas na II Conferência. A prova evidente desta constatação é o estado actual do funcionamento das estruturas.

Assim verifica-se que:

- 1 - A maioria dos membros do Partido no Sector tem um nível aceitável de militância e vem esforçando junto das estruturas e militantes para a sua elevação global;
- 2 - Por outro lado existe uma fraca militância de alguns membros, o que tem reflectido negativamente não só na vida interna do Partido como na sua acção em direcção à sociedade;
- 3 - Há necessidade de identificação dos factores não tidos em conta e que vem influenciando negativamente no comportamento de certos militantes;
- 4 - Existe uma certa insuficiência na definição dos indicadores da avaliação da militância;
- 5 - Continua a persistir alguma indefinição relativa à situação dos membros do Partido com a dupla militância;
- 6 - Há necessidade de um maior empenho e dinamismo por parte das estruturas com vista a estimular os membros com fraca participação e reverem a sua atitude militante;
- 7 - A questão da militância não é um problema específico do Sector

do Sal, mas sim de caracter nacional, pelo que deverá ser analisada num quadro global e nacional.

Face a essas constatações e depois de uma profunda análise e reflexão, a Conferência decidiu:

- 1 - Recomendar às estruturas a criação de condições que permitam aos membros dinâmicos e activos a elevarem continuamente o nível da sua militância;
- 2 - Chamar a atenção dos membros do Partido, que não vêm cumprindo os seus deveres, para um maior sentido de responsabilidade, coesão e comportamento militante, por forma a se manter sempre vivo o espírito do lema da Conferência;
- 3 - Que o Comité de Sector deve estabelecer um plano de divulgação da ideologia dos objectivos do Partido para todos os efectivos do Sector, como forma de estimular a militância e elevar a consciência revolucionária dos membros;
- 4 - Que o Comité de Sector deverá criar as condições que lhe permitam definir convenientemente os indicadores de avaliação da militância, evitando no máximo possível o subjectivismo;
- 5 - Que deverá ser discutido e clarificado a nível de todas as estruturas do Sector a situação dos membros do Partido com dupla militância;
- 6 - Que o Comité de Sector deverá promover uma reflexão sobre a questão da militância no Sector, a fim de clarificar a situação e evitar as indefinições e apreciações desfavoráveis ao trabalho partidário e ao militante;
- 7 - Que o Comité de Sector e o Secretariado Executivo devem redobrar esforços no sentido de manterem as estruturas de base e os membros sempre informados sobre as questões da actualidade;
- 8 - Exortar as estruturas superiores do Partido sobre a necessidade de um debate mais amplo possível da situação da militância no seio do Partido e encontrar as soluções num quadro mais global (nacional).
- 9 - Que as estruturas devem continuar a agir no sentido de afastar do seio do Partido os membros que não vêm cumprindo os seus de-

veres estatutários e não têm mantido uma militância firme e activa.

VI - LIGAÇÃO COM AS ESTRUTURAS SUPERIORES

Tendo analisado a situação entre o Comité de Sector e as estruturas superiores a Conferência constatou:

- 1 - Que houve uma melhoria sensível na ligação entre o Comité de Sector e o Secretariado do Conselho Nacional, principalmente através dos seus Departamentos.
- 2 - Que foram bastante positivos os contactos tidos através do camarada Júlio de Carvalho, Membro da Comissão Política, desde o mês de Outubro de 1987.

Após uma análise das constatações a Conferência decidiu:

- 1 - Exortar o Comité de Sector a estreitar cada vez mais a ligação com as estruturas superiores do Partido, nomeadamente através dos seus Departamentos.
- 2 - Registrar com apreço o apoio do camarada Júlio de Carvalho, Membro da Comissão Política e sugerir a continuidade dessa experiência.
- 3 - Que o Comité de Sector deverá manter a iniciativa de convidar dirigentes partidários para contactos com os militantes e população.

VII - O PARTIDO E AS ORGANIZAÇÕES DE MASSAS

As Organizações de Massas constituem uma alavanca do Partido na mobilização dos cidadãos para a obra de Reconstrução Nacional.

Ao longo dos 13 anos de Independência Nacional vêm dando uma significativa contribuição na materialização dos objectivos preconizados.

Entretanto, constata-se que a nível do Sector carecem de uma maior coordenação, orientação e apoio para poderem elevar o seu nível de intervenção no seio da sociedade.

Tendo a Conferência constatado com satisfação os avanços verificados e preocupando-se pela elevação da sua capacidade de intervenção, decidiu:

No que concerne à JAAC-CV

- 1 - Registrar com apreço o trabalho desencadeado na mobilização da

juventude, nomeadamente para actividades de caracter político, desportivo e cultural.

- 2 - Exortar o Sector da JAAC-CV a elevar o seu nível de organização para poder acompanhar o desenvolvimento da sociedade salense e os seus reflexos na camada juvenil.
- 3 - Recomendar à JAAC-CV que continue a trabalhar no sentido de elevar o nível da formação político-ideológica dos seus membros e o desenvolvimento do espírito de disciplina, responsabilidade e sã camaradagem.
- 4 - Recomendar ao Comité de Sector do PAICV que intensifique a todos os níveis o seu apoio e acompanhamento à JAAC-CV.
- 5 - Exortar as estruturas superiores, nomeadamente o Secretariado Nacional da JAAC-CV a dotar a estrutura sectorial de mais meios humanos e materiais para o melhor desempenho das suas funções.

No que concerne à OMCV

- 1 - Exortar a OMCV a prosseguir os trabalhos com vista a melhorar o seu funcionamento;
- 2 - Registrar com satisfação a contribuição que está sendo dada pela OMCV na luta pela erradicação do analfabetismo.
- 3 - Exortar a OMCV a continuar os esforços já iniciados para a elevação do nível cultural dos seus membros.
- 4 - Recomendar às estruturas do Partido nas zonas de residência que dêem maior atenção à OMCV;
- 5 - Recomendar as estruturas superiores da OMCV que dotem o Sector da OMCV de meios humanos e financeiros para a satisfação das suas necessidades mais prementes;

No que concerne à USR

- 1 - Congratular-se pela acção desenvolvida pela USR junto das instituições e entidades empregadoras para a procura de solução dos problemas dos trabalhadores;
- 2 - Registrar o papel desempenhado pela USR no seio dos trabalhadores para a compreensão e cumprimento das normas laborais;
- 3 - Exortar a UNTC-CS a diligenciar no sentido de apetrechar a estrutura sindical de mais quadros profissionais para melhor

responder às exigências do desenvolvimento da ilha e os seus reflexos nas relações laborais;

- 4 - Recomendar uma melhor coordenação e ligação entre as estruturas de base do Partido e as sindicais para facilitar o relacionamento com os trabalhadores.

Sobre a OPAD-CV

A III Conferência constatou que a Organização tem enfrentado sérias dificuldades e que se torna muito urgente reestruturar o Sector do Sal da OPAD-CV, dotando-o de um primeiro Secretário. Constatou também que a JAAC-CV e o Partido não têm acompanhado devidamente a evolução do Sector.

Nestas circunstâncias recomenda que:

- 1 - As estruturas competentes tomem medidas urgentes junto do Conselho Nacional da OPAD-CV para a nomeação de um 1º Secretário e a distribuição dos meios materiais e financeiros indispensáveis ao trabalho do Sector junto dos pioneiros;
- 2 - O Partido e a JAAC-CV dêem a atenção devida à reestruturação da OPAD-CV e subsequente apoio e acompanhamento;
- 3 - Seja desencadeada uma campanha de sensibilização junto das instituições escolares, Pais e Encarregados de Educação destinada à dinamização das suas actividades.

VIII - O PARTIDO E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS

Da discussão do relatório referente ao Partido e as Instituições Públicas e Privadas a III Conferência fez as seguintes constatações:

- 1 - Que as mudanças verificadas, a nível das chefias, a partir de 1987 trouxeram expectativas para a criação de uma equipa de trabalho coesa e dinâmica no Sal;
- 2 - Que ^{com} a vinda do novo Delegado do Governo e o alargamento do Conselho Deliberativo perspectiva-se um novo dinamismo nas actividades municipais;
- 3 - Que os encontros tidos entre o Partido e as diferentes instituições públicas e privadas contribuíram para a melhoria do relacionamento, não obstante carências existentes nos domínios da planificação e organização dessa ligação, com vista à

obtenção dos melhores resultados;

Atendendo a essas constatações a III Conferência decidiu:

- 1 - Registrar com satisfação o esforço realizado pelo Comité de Sector em direcção à criação de uma equipa de trabalho na ilha.
- 2 - Recomendar ao Comité de Sector que prossiga os esforços para a exploração de espaços de diálogo para debate e equacionamento dos problemas que afectam a comunidade, tendo em conta a existência de permissas favoráveis, para tal;
- 3 - Recomendar ao Comité de Sector que planifique e oriente a sua acção em direcção às Instituições Públicas e Privadas, com vista a se tirar melhor proveito do clima existente;
- 4 - Exortar o Comité de Sector a continuar os esforços junto da Direcção Superior do Partido, visando o conhecimento e a adopção das recomendações saídas do 1º Encontro dos Sectores Urbanos (Praia, S.Vicente e Sal), sobre a intervenção do Partido nas actividades do Estado, como forma de reforçar o papel dirigente do Partido a nível intermédio, de base e a militância.

IX - O PARTIDO E A SOCIEDADE

A III Conferência de Sector debateu profundamente o relacionamento do Partido com a sociedade e avaliou o grau de influência que este tem exercido na dinamização das instituições e participação dos cidadãos, com vista a transformar a realidade do País.

Após várias intervenções a III Conferência constatou que:

- 1 - A intervenção crescente da sociedade na solução concreta dos seus próprios problemas e a participação popular cada vez mais activa são uma das consequências das acções do Partido, das Estruturas e das Organizações de Massas e Sociais;
- 2 - A sociedade tende a melhorar a sua organização em função de interesses específicos (profissionais, comunitários, desportivos, etc.) e através de várias iniciativas;
- 3 - A dinâmica existente na sociedade é positiva e constitui a manifestação de uma potencialidade real e que deverá merecer toda a atenção das estruturas partidárias com vista ao seu devido acompanhamento.

Com base nas constatações, a III Conferência decidiu que:

- 1 - O Comitê de Sector deverá continuar o seu trabalho, no sentido de desenvolver um relacionamento com a sociedade que estimule a sua auto-organização para melhor dar resposta aos problemas enfrentados e a enfrentar;
- 2 - O relacionamento Partido/Sociedade deve prosseguir em consonância com o desenvolvimento das suas potencialidades;
- 3 - O carácter de orientador e dinamizador da vida social deve predominar na intervenção partidária cometendo às estruturas competentes executar as tarefas respectivas;
- 4 - O Comitê de Sector e os Grupos de Base devem dedicar grande atenção à consolidação das organizações sociais existentes, a fim de assumirem plenamente as suas tarefas e responsabilidades.
- 5 - O Comitê de Sector deverá promover encontros com todas as organizações sociais existentes para uma reflexão sobre o seu verdadeiro papel na comunidade com vista à identificação dos factores que obstaculizam o seu desempenho e das formas de os ultrapassar, bem como de materializar projectos de interesse social.

ILHA DO SAL, 15 de OUTUBRO de 1988

RESOLUÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO POLITICA

A III Conferência analisou o Capítulo do relatório do Comité de Sector, o qual mereceu grande atenção dos delegados.

- 1 - De acordo com a natureza e o conteúdo do debate, a III Conferência constatou que:
 - A situação política é de completa normalidade, prevalecendo um clima favorável à acção político-partidária;
 - Os esforços no sentido de se incentivar o diálogo, aprofundar a democracia bem como a participação vem tendo impacto positivo no seio da sociedade salense;
 - Assiste-se a um incremento do interesse pela vida pública;
 - Embora prevaleça o clima político que se caracterizou de normal, importa acompanhar, interpretar e solucionar questões e fenómenos que, pelo seu carácter negativo influenciem a situação política.

- 2 - A III Conferência considera que, para a manutenção do clima existente, reforço da acção do Partido junto da sociedade, assim como aprofundamento da democracia participativa importa agir no sentido de:
 - Se adoptar medidas que favoreçam a materialização do princípio de gestão participativa nas Empresas Públicas;
 - Dotar as estruturas de base do Partido de maior capacidade de acção, fundamentalmente nos locais de trabalho;
 - Se encontrar um sistema de articulação/informação com as Empresas Públicas a fim de se potenciar a acção do Partido nos esforços para o aumento da produção e da produtividade bem como na manutenção de um clima laboral salutar;
 - Dar continuidade às acções tendentes ao aprofundamento da democracia e dinamização da participação popular;
 - Melhorar o nível de coordenação alcançado entre as estruturas do Partido e as do Poder Local;

- Reforçar a capacidade de intervenção política e ideológica dos militantes;
- Dotar as Organizações de Massas de maior capacidade de resposta nos desafios que se apresentam;
- Dar continuidade aos contactos entre os dirigentes do País e os militantes, assim como a população em geral;
- Prosseguir com a educação dos militantes e população em geral no sentido da defesa intransigente das vitórias alcançadas no nosso país, e vigilância permanente contra os inimigos internos e externos.

ILHA DO SAL, 15 de OUTUBRO DE 1988

RESOLUÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O estado actual de desenvolvimento social na ilha do Sal e as tendências da sua evolução futura, constituíram matéria de uma profunda reflexão não só no relatório apresentado pelo Comité de Sector como também nos debates que tiveram lugar ao longo dos trabalhos da Conferência.

Constatou-se com satisfação as importantes iniciativas tomadas bem como os resultados obtidos que contribuíram para a introdução de melhorias significativas na qualidade de vida da ilha.

A Conferência congratulou-se pelo facto do Sal estar a preparar-se para ser a 1ª ilha livre do analfabetismo.

Constatou com agrado a evolução positiva sofrida pelas Comunicações telefónicas com a montagem da nova central telefónica, alargamento da rede telefónica à Vila de Santa Maria e instalação de cabines telefónicas e telefones para mais 100 assinantes.

Destacou a melhoria sensível verificada no domínio dos transportes terrestres com a constituição da empresa nacional STALCAR e, no domínio dos transportes marítimos com a inclusão de novas unidades na nossa marinha mercante.

Registou igualmente os avanços conseguidos noutros domínios como Habitação, Urbanismo, Saneamento do Meio, Saúde, Previdência Social, Comunicação Social e Emigração. Relativamente a este último congratulou-se pela criação da Delegação do IAPE no Sal, que tem trazido grandes benefícios para os emigrantes residentes na Ilha e que escalam o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

Contudo a Conferência concluiu que algumas insuficiências existentes devidas a factores dependentes da debilidade dos recursos nacionais e da realidade do Sal, afectam ainda as diversas comunidades da Ilha, pelo que se deverá dar uma grande atenção ao seu tratamento, nomeadamente:

- Inexistência de planos directores de desenvolvimento urbano para a Ilha, e de saneamento básico para Espargos e Santa Maria;
- Deficiência no funcionamento da produção e distribuição de energia e água pela Electra;
- Insuficiências registadas no domínio da organização e escoamento dos passageiros e bens por parte dos TACV,

- Carências em termos de pessoal e meios para os Serviços de Saúde e Assuntos Sociais;
- Baixa percentagem de aprovações com maior incidência no ensino liceal particularmente no 3º ano do curso geral, não obstante estarem acima da média nacional;
- Deficiente e irregular abastecimento de produtos alimentícios com os seus reflexos na especulação.

Para tanto o Comité de Sector deverá esforçar-se com vista à resolução desses problemas junto das organizações estatais, e que as dificuldades encontradas sejam conhecidas em ordem de superação das insuficiências e respostas tempestivas à população, pelo que, a Conferência recomendou ainda ao Comité de Sector para, nos domínios de:

Saneamento básico e urbanismo

- Apoiar e incentivar a elaboração do plano director do desenvolvimento urbano da ilha do Sal e do saneamento básico para Espargos e Santa Maria, pelo Secretariado Administrativo;
- Apoiar e incentivar a elaboração de uma política habitacional que facilite a construção própria, como forma de controle à especulação existente nas rendas de casa.

Comunicações

- Junto dos CTT estudar a viabilidade de implementação urgente de uma cabine telefónica na Povoação da Pedra de Lume;
- Que maior atenção seja dada à rede telefónica evitando deste modo as interrupções, quedas de linhas e erros nas ligações;
- Que seja vista a questão das correspondências nomeadamente cartas que não poucas vezes passam mais de 12 dias numa ilha para a outra.

Transportes

- Construção de um parque de estacionamento para viaturas de aluguer;
- Estabelecimento de um horário para o funcionamento dos táxis;
- Organização de um Serviço a ser prestado aos passageiros

que embarcam e desembarcam no AIAC;

- Reparação urgente das estradas com manifesta prioridade para a da Palmeira;
- Implementação de sinais de trânsito nas estradas e vias públicas;
- Reformulação do traçado das principais vias de comunicação terrestre;
- Urgente fixação de tarifas para transporte de passageiros e cargas;
- Cumprimento rigoroso do limite de velocidade de 30km/h nas vilas e povoações;
- Que seja criada uma paragem para o autocarro grande da STALCAR na medida em que o mesmo é inadequado para circular nas estreitas ruas da Preguiça e Ribeira Funda;
- Providenciar junto da Direcção Geral dos TACV no sentido de em curto prazo melhorar e organizar criteriosamente o escoamento dos passageiros e a coordenação entre as diversas delegações evitando a chegada de passageiros ao AIAC com o'key no bilhete e que muitas vezes não constam na lista existente no Sal e de tomar medidas adequadas e urgentes para a moralização da Delegação.

Emprego

- Mobilizar, conduzir e organizar a participação de todos os parceiros na aplicação de medidas contra o desemprego;
- Fomentar a intervenção da população no desenvolvimento social através da construção de pequenas indústrias transformadoras comercialização de produtos de artesanato e criação de serviços de apoio ao turismo;
- Recrutamento da pessoal para o Sector Público em igualdade de oportunidade aos cidadãos.

Abastecimento de água e energia

- Necessidade de continuar o acompanhamento da evolução da situação da produção e distribuição de água e energia pela ELECTRA;

- Remodelação da rede de baixa tensão em Santa Maria;
- Ampliação da rede de média tensão;
- Instalação de mais um grupo electrogéneo de 1000 kw para permitir a ligação de novos consumidores;
- Ampliação da rede de média tensão.

Juventude

- Dar atenção à problemática da juventude, de forma mais dinâmica;
- Apoiar e incentivar a educação cívica e moral da juventude;
- Apoiar a JAAC-CV no enquadramento de forma atractiva e conveniente do entusiasmo juvenil, na mobilização da energia e capacidade criadora dos jovens e no acompanhamento e orientação da dinâmica que se vive actualmente no seio da juventude salense.

Cultura

- Divulgação das manifestações culturais mais conhecidas no nosso meio, tais como a música, a dança, o teatro, declamação, etc,...
- Combate a todas as manifestações culturais que sobre diversas formas invadem as mentes das crianças, dos jovens e da população em geral, promovendo valores negativos tais como: violência, individualismo, inferioridade da mulher, culto ao consumismo, etc.
- Dedicção de maior atenção à divulgação cultural nas escolas;
- Incentivar e motivar a criação de grupos culturais;
- Mobilização de vontades, meios e recursos conducentes a uma intervenção cultural pelo Grupo de Dinamização Cultural;
- Providenciar junto às Cooperativas de consumo já existentes no sentido de comercializarem livros e materiais escolares.

Ensino

- Prioridade na construção de salas de aulas principalmente nas zonas de Horro Curral, Palmeira e Pedra de Lume;
- Atenção devida à capacitação dos Professores com vista ao

melhoramento do nível do ensino ministrado e do rendimento escolar;

- Necessidade de se aumentar o número de professores diplomados colocados na ilha;
- Continuação de esforços com vista à erradicação do analfabetismo na ilha;
- Propôr ao Ministério de Educação que se faça o mais urgente possível uma legislação que regule a vida do trabalhador estudante;
- Dedicar maior atenção ao funcionamento das Comissões Dinamizadoras das Pró-Associações de Pais e Encarregados de Educação;
- Participar no combate ao insucesso escolar.

Desporto

- Mobilizar meios e vontades para a conclusão do Campo d'Obra;
- Criação de áreas de participação para o desenvolvimento da Educação Física e do desporto escolar;
- Estimular os cidadãos para a realização do exercício físico e prática desportiva;
- Desenvolvimento da prática desportiva nos centros de trabalho e estímulo à criação de condições em cada Serviço e Empresa para actividades desportivas;
- Criação de condições para prática nocturna do desporto, a fim de permitir o envolvimento de todos os interessados.

Saúde

- Empenho das estruturas locais de saúde e do HSTAS no sentido de se colocar mais dois médicos no Sal, o que entre outros permitiria a criação de uma Junta de Saúde local;
- Recomendar a prática de exercícios de execução de um plano capaz de dar a primeira assistência numa eventual situação de emergência no AIAC e consequente escoamento de eventuais sinistrados;

- Criação de um serviço de Estomatologia;
- Construção de um bloco operatório.

Assistência Social

- Máxima atenção à situação precária em que vive a população da Pedra de Lume e Alto de S. João;
- Maior atenção possível às crianças com problemas familiares;
- Colocação de uma Assistente Social a tempo integral na Ilha.

Previdência Social

- Levantamento dos profissionais que ainda não estão abrangidos pela Previdência Social e sua integração;
- Dar maior atenção à prevenção e segurança nos locais de trabalho;
- Colocação de um técnico do ramo de Estomatologia, nos Serviços de Saúde, como forma de se evitar os altos custos das deslocações, as longas esperas e a ausência de trabalhadores dos seus postos de trabalho;
- Contactar a Direcção da Previdência Social no sentido de dar uma interpretação extensiva ao artigo 90 do Dec.-Lei 120/82 para que seja atribuída ao profissional, a pensão de 50% do seu último vencimento mensal quando se encontrar à espera de cálculo de pensão de invalidez e quando ultrapassar os 30 dias de baixa, até a remessa do mapa da Junta de Saúde. Posteriormente far-se-ia o jogo de contas.

Comunicação Social

- Necessidade de se dotar os Estúdios do Sal de meios humanos qualificados e estimulados e, melhorar as condições técnico-operativas;
- Esforçar-se no sentido de elevar a qualidade do cinema;
- Que se contacte o Secretariado Administrativo no sentido de proibir entrada de menores de 15 anos nas sessões nocturnas dos filmes a serem exibidos.

Emigração

- Promover a coordenação de todos os sectores envolvidos no problema de emigração;
- Que contactos sejam encetados junto do Governo no sentido de serem criados despachos nas Alfândegas, nomeadamente para televisores, videos e aparelhagens sonoras como forma de aligeirar a saída dos passageiros do Sal.

ILHA DO SAL, 15 de OUTUBRO de 1988

RESOLUÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

O nível de desenvolvimento económico atingido na ilha do Sal foi analisado não só no relatório como também nos debates que tiveram lugar ao longo dos trabalhos da Conferência.

Constatou-se com satisfação os avanços conseguidos pela sociedade salense no domínio económico nomeadamente nos Sectores Públicos, Empresarial, Cooperativo, Privado e Informal, que colocaram a população em termos proporcionais numa posição privilegiada em relação ao resto do País.

A Conferência congratulou-se pelo facto do Sal ter o maior investimento per capita.

Registou com agrado as avultadas somas que a Direcção do País vem investindo na criação de infraestruturas básicas na ilha, possibilitando-a assim a cumprir uma importante função na economia nacional e na prestação de serviços ao exterior.

A Conferência constatou ainda:

- O dinamismo existente no Sector Empresarial Público no Sal;
- A situação económica estável que enfrenta o sector empresarial do Estado na Ilha;
- As melhorias registadas a nível das relações laborais;
- A afirmação cada vez maior das cooperativas bem como os resultados positivos que têm vindo a alcançar apesar de ainda enfrentarem algumas dificuldades;
- A dinâmica dos emigrantes e outros privados no investimento para o desenvolvimento da ilha.

Contudo a Conferência concluiu que existem ainda algumas insuficiências entre as quais:

- Carência de recursos humanos e materiais no Sector Público Administrativo;
- Forte concentração de poderes nas sedes das Empresas;
- Existência de poucos técnicos superiores e médios nas empresas com maior expressão na ilha;
- Dificuldades organizacionais na área do comércio e indústria;
- Fraco nível de desenvolvimento do sector informal da economia.

Com vista à solução das insuficiências ainda existentes, a Conferência recomendou:

Sector Público Administrativo

- 1 - O alargamento do debate sobre a Reforma Administrativa a todas as entidades públicas e privadas;
- 2 - Que fosse estimulado o funcionamento dos serviços segundo o estilo participativo de direcção, o trabalho colegial e o espírito de equipa;
- 3 - Que a administração dos recursos humanos seja considerada prioritária na definição dos projectos de desenvolvimento;
- 4 - A dinamização e reforço das estruturas administrativas do Sal de modo a poderem responder às exigências do desenvolvimento;
- 5 - a simplificação da burocracia, a transparência e a melhoria das relações com o público;
- 6 - Uma efectiva planificação e convergência de esforços no domínio da formação e aperfeiçoamento profissional como forma de alcançar a eficácia na gestão dos bens e assuntos públicos;

Sector Empresarial Público

- 1 - A descentralização do Sector com vista às Delegações passarem a ter maior autonomia;
- 2 - Na reflexão sobre o funcionamento do Sector Empresarial Estatal no Sal com vista a se conseguir uma maior inter-acção das diversas unidades económicas e se racionalizar o uso e a gestão dos bens disponíveis localmente;
- 3 - A adopção de medidas adequadas a nível de gestão dos recursos humanos, nomeadamente o recrutamento de quadros formados nas áreas de gestão financeira, organização científica do trabalho e outras;

Sector Privado

- 1 - A criação de uma organização dos investidores privados locais com o objectivo de defenderem os seus próprios interesses e introduzir maior dinamismo na resolução das questões e no diálogo com as entidades;
- 2 - A criação de um serviço que descentralize as operações de

importações e licenciamento interno;

- 3 - O incentivo ao investimento privado nacional;
- 4 - O investimento nos sectores de apoio ao turismo.

Sector Cooperativo

- 1 - A máxima atenção ao funcionamento das cooperativas, pelos militantes e estruturas de bases, bem como aos problemas que enfrentam e que se relacionam com instalações, falta de equipamentos, transportes marítimos, formação técnico-cooperativista e educação dos associados;
- 2 - O Estudo, pelos cooperativistas, da possibilidade e viabilidade da criação de uma única cooperativa de consumo;
- 3 - A criação de cooperativas de produção;

Sector Informal

- 1 - O seguimento, com muita atenção, do sector a fim de se combater enérgicamente a sua vertente parasitária e orientá-lo para a área de produção;

Sal como um dos polos de desenvolvimento

- 1 - A criação de uma entidade no Sal, capaz de defender os interesses do Estado junto dos investidores estrangeiros e que sirva de garantia das orientações tanto a nível das consequências de concentração do turismo no Sal como no ultrapassar de estrangulamentos administrativos e burocráticos;
- 2 - O desenvolvimento do Sector Terciário junto dos nacionais, através de financiamento bonificado pelo Banco de Cabo Verde;
- 3 - A introdução de uma nova legislação sobre a entrada de estrangeiros no país;
- 4 - A elaboração de um plano director de turismo para o Sal;
- 5 - A instalação de um serviço de informação turística no Aeroporto;
- 6 - O melhoramento dos serviços dos CTT no Aeroporto e em Santa Maria;
- 7 - Maior rapidez nos serviços de desalfandegamento;
- 8 - Melhorias de algumas condições de atendimento, nomeadamente;

- polícia, acolhimento e controlo de estrangeiros;
- 9 - O aumento de capacidade dos serviços da Electra;
 - 10 - A eliminação dos pardieiros nas vilas e povoações;
 - 11 - Melhor integração do Sal na rede de distribuição nacional de produtos de primeira necessidade;
 - 12 - O aumento da capacidade de alojamento;
 - 13 - A adopção de uma política de formação acelerada de pessoal hoteleiro, a todos os níveis;
 - 14 - Vigilância das praias;
 - 15 - A construção de uma Sub-Agência do BCV na zona turística da Vila de Santa Maria;
 - 16 - A revisão da política de importação para o sector hoteleiro;
 - 17 - A realização de um estudo sobre as implicações sociais que decorrerão do fenómeno do incremento do turismo;
 - 18 - A determinação das estruturas administrativas que serão necessárias para fazer frente ao desenvolvimento do turismo;
 - 19 - O reforço das estruturas de prevenção e combate à criminalidade e à delinquência.

ILHA DO SAL, 15 de OUTUBRO de 1988.